

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE CASO DA UNIDADE TERRITORIAL DE PLANEJAMENTO E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, PARANÁ.

Teles, Margarete Araujo¹

RESUMO

Este estudo trata do turismo como atividade que usa e se apropria dos ambientes naturais para transformá-los em espaços de consumo e lazer, especificamente áreas de proteção ambiental. É o resultado de uma pesquisa que teve como objetivo principal analisar o potencial turístico da Área de Proteção Ambiental do Passaúna e Unidade Territorial de Planejamento no município de Campo Magro, Paraná, apontando medidas para o desenvolvimento de atividades turísticas ambientalmente corretas. Utilizou-se o roteiro para diagnóstico turístico de localidades receptoras de Ruschmann de 1997, e no seu referencial teórico – metodológico foram também utilizados autores que tratam da temática turística e ambiental e outros que embasaram a discussão dos resultados. Uma proposta de implementação do turismo em áreas naturais, Unidades de Conservação (UCs) públicas ou privadas, sem diagnóstico técnico, como é o caso da UTP e APA do Passaúna no município de Campo Magro, com vários problemas ambientais, poderão ainda se tornar maiores, transformando num tipo de turismo predatório, provocando o consumo do ambiente natural, ou a depredação parcial das paisagens naturais. Com essas reflexões esperou-se contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do turismo em áreas de proteção ambiental.

Palavras-chave: Turismo, áreas de proteção ambiental, desenvolvimento, ambiente natural.

ABSTRACT

This study is about the tourism as an activity that appropriates ambients to tranform them into consumer goods and lasure spaces, specifically environment protection areas. This is the result of a research that has the as main objetive to analyse the touristic potential of the Environment Protection Area of Passaúna and The Unit of Territory Planning in Campo Magro city, Paraná, pointing strategies for the correct touristic attitities development. The program was used for the touristic diagnostic of the reception community of Ruschmann in 1997, and in her methodological and theoretical reference was also used authors that discuss touristic and environment theme, and others that have permitted a base for discussion results. A proposal of tourism implantation in natural areas, the Conservation Unit (UCs) public or private, without a technical diagnostic, like UTP and Passaúna APA in Campo Magro city, that have got many environmet problems wich can become bigger and transformed in a unhealthy tourism that partialy destroyes landscapes by the environment consume. This work reflection hope to contribute with the touristic development debate about natural protected areas

Keywords: Tourism, environment protection áreas, development, ambient natural

¹ Doutoranda em Geografia Universidade Federal do Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

O turismo vem sendo apontado pelos gestores públicos no Brasil como um setor capaz promover o desenvolvimento econômico, social e cultural das áreas de proteção ambiental, como também, uma ferramenta de preservação e conservação.

O fator preocupante, é que, as atividades turísticas contempladas nos planos e projetos para estas áreas, não são previamente analisadas por equipe técnica; partindo-se da premissa que muitos parques nacionais, reservas, áreas de ecológicas e outras, ainda sequer possuem plano de manejo. Situam-se neste caso, a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Passaúna (APA) e Unidade Territorial de Planejamento de Campo Magro (UTP) no município de Campo Magro, Paraná.

Tais áreas são apresentadas, nas propostas de governo, como áreas potenciais para o desenvolvimento do turismo. Indicam estas propostas, que as atividades turísticas são potenciais para o uso e ocupação do solo, por meio do turismo rural, ecoturismo, áreas de lazer e recreação, tendo em vista a preservação e conservação das áreas de mananciais e também como uma das alternativas econômicas viáveis ao seu porte.

Neste sentido, o objetivo principal desta pesquisa centra-se numa análise crítica do potencial turístico das áreas de proteção ambiental do município de Campo Magro, apontando medidas para o desenvolvimento de atividades turísticas ambientalmente corretas.

Os objetivos específicos consistiram em analisar os atrativos naturais e culturais, equipamentos a sua infra-estrutura básica, considerando as suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo; além de verificar projetos e propostas de exploração turística no território e nas áreas de proteção ambiental do município; e em verificar o envolvimento da comunidade do município de Campo Magro. São indicadas ainda, medidas para o aproveitamento dos recursos naturais e culturais, conciliando atividades turísticas com a conservação e preservação da Área de Proteção Ambiental do Passaúna, a Unidade Territorial de Planejamento do município de Campo Magro.

Em primeiro lugar, estabeleceu-se roteiro para diagnóstico turístico de localidades receptoras de Ruschmann de 1997, e no seu referencial teórico – metodológico, foram também utilizados autores que tratam da temática turística e ambiental. Na seqüência, descreveu-se, a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados.

Apresentaram-se os resultados e discussão dos dados da pesquisa com respeito à infra-estrutura, projetos turísticos, atrativos turísticos e o conhecimento da comunidade em relação ao fenômeno turístico.

No final, foram feitas as considerações e algumas recomendações, indicando medidas para o desenvolvimento turismo nas áreas de proteção ambiental.

TURISMO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Turismo em áreas naturais, turismo na natureza ou turismo de natureza, são denominações dadas pelo mercado e pela literatura para o turismo praticado em áreas naturais, protegidas por lei, como parques nacionais, reservas e outros. Este tipo de turismo, tem crescimento muito em algumas partes do mundo, como comenta Molina (2001, p. 75), “estudos realizados por *Wildlife Found of Tourism* demonstraram que quase 50% dos turistas

que chegam ao México, Equador, Costa Rica e Belize têm interesse em visitar áreas naturais, já que elas são mercados dos mais atraentes para o turismo integrado à natureza”.

Tratando do ambiente natural e turismo no Brasil, além da legislação que trata do uso das terras e das águas, há também áreas específicas, sob a proteção da Lei, que são as Unidades de Conservação (UCs) que fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei 9.985, julho de 2000, são apontadas como potenciais para desenvolvimento do turismo: área especial de interesse turístico, área de interesse especial, área natural tombada, área de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico; área de proteção espacial; estação ecológica, estação de relevante interesse ecológico, áreas de proteção especial; estrada-parque; floresta estadual; floresta nacional; local de interesse turístico; monumento cultural e natural, parque de caça; parque estadual, parque nacional, reserva biológica e outros.

Assim, o SNUC tem entre os seus objetivos promover o desenvolvimento sustentável nas áreas naturais protegidas e neste sentido o turismo é uma das atividades claramente incentivadas por esta lei como descrito nos artigos 4 e 5.

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos: (...)

XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

(...)Art. 5º O SNUC ser regido por diretrizes que: (...)

IV – busquem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação; (BRASIL, 2000).

Esta Lei que determina o uso e apropriação dessas áreas para o desenvolvimento do turismo, deve ser mantida, uma vez que pode sofrer alterações de acordo com os diversos interesses,

O interesse despertado pelas organizações não-governamentais, empresas privadas e operadoras de turismo no uso dos espaços protegidos, pressionou os órgãos públicos e o Poder Legislativo para que efetuassem mudanças nos conceitos e objetivos das unidades de conservação, de maneira a facilitar a utilização turística dos recursos naturais, a implantação de infra-estruturas e estabelecimento de parcerias entre o poder público e os demais setores interessados em viabilizar a implantação de projetos. (SEABRA,2001, p. 40)

Na perspectiva de utilização dessas áreas, Pires (2004) argumenta que, o turismo que se propõe nas áreas protegidas é o ecoturismo,

que se define como viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações do passado ou do presente que possa existir – e que, ao mesmo tempo, promove a conservação,proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente para o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (1994), ecoturismo pode ser definido como, "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma

sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”.

De acordo com Seabra (2001,p.32), “a estratégia adotada pelos órgãos oficiais para o uso das áreas protegidas inclui a implantação de infra-estruturas artificiais em áreas com elevado grau de primitividade, com a expulsão dos grupos sociais nativos”. O que certamente provocará impactos negativos para a localidade.

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (2001, p.231), os atrativos naturais, por si só, são insuficientes para satisfazer aos turistas, e necessitam ser complementados com outros recursos, como infra-estruturas, sanitárias, alojamentos e outros.

Entendendo que, as áreas protegidas possuem os atrativos e que devem ter infraestrutura básica para potencializar atividades turísticas, é recomendado que,

o planejamento e a gestão das unidades de conservação e das áreas protegidas para implantação de empreendimentos turísticos devem obedecer a critérios técnicos-científicos e jurídicos-intitucionais, com respeito a legislação vigente, a propriedade privada e a cultura local desenvolvida pelos povos tradicionais (SEABRA, 2001, p.70-71)

Segundo Ruschmann (1997, p.79-80), o uso dos espaços naturais por atividades turísticas exige uma boa gestão territorial,

envolve o reconhecimento e o estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. A nova tendência do turismo nos espaços naturais associa-se, principalmente, à rarefação dos espaços pouco poluídos e dos preservados. Inversamente, quando uma localidade turística natural passa a ser massivamente freqüentada, ela passa a ter os equipamentos para atender a essa demanda e perde sua característica de turismo natural. O valor ecológico esta associado ao valor da sua paisagem e, conseqüentemente, à sua atratividade turística.

Considerando o meio ambiente como a base econômica para o turismo, discutem-se quais os impactos que a atividade poderia causar. De acordo com Ruschmann (1997, p. 34), “os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”. Estes impactos podem ser considerados como: impactos econômicos; socioculturais; impactos sobre o meio ambiente natural; ou mesmo aqueles gerados pela atividade turística, nas localidades receptoras.

Segundo Lickorish e Jenkins (2000, p. 87), “os principais impactos econômicos do turismo se relacionam aos ganhos do câmbio exterior, as contribuições feitas às receitas do governo, à geração de emprego e renda, e ao estímulo ao desenvolvimento regional”.

Apesar do otimismo com que são abordados os aspectos positivos do desenvolvimento turístico, os impactos negativos não podem ser desconsiderados. Ruschmann (1997, p. 41-45) coloca que, pode haver o risco da super dependência do turismo externo, os destinos podem tornar-se vulneráveis a mudança dos fluxos turísticos, que pode acarretar graves prejuízos para as áreas de destino e levar países ao colapso econômico.

Em relação os impactos sociais e culturais relativos ao turismo são aqueles, segundo a mesma autora, em que o turismo contribui para: mudanças nos sistemas de valores; no comportamento individual; nas relações familiares; nos estilos de vida coletivos; nos níveis de satisfação; na conduta moral; nas expressões criativas; nas cerimônias tradicionais; e nas organizações comunitárias.

No caso dos impactos sociais foram identificados cinco crescentes estágios de desilusão de uma comunidade receptora com a atividade turística: euforia, apatia, irritação, antagonismo e conscientização. Quanto os impactos culturais, “é impossível desconsiderar a cultura como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas” (RUSCHMANN, 1997, p. 50-55). Porém o desejo de conhecer os modos de vida dos outros povos nem sempre vem acompanhado de devido respeito e da devida consciência do valor e do legítimo interesse por parte do turista. Os impactos desfavoráveis apresentam-se com maior intensidade nos locais onde os fluxos de turistas é maior.²

Para Ruschmann (1997, p. 56-57), o turismo em ambiente natural pode promover impactos positivos, que devem ser destacados:

- criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, preservação de sítios arqueológicos e de monumentos históricos;
- investimentos em medidas preservacionistas pelos empreendedores;
- valorização de regiões que devem ser conhecidas por meio de programas especiais (turismo ecológico);
- implantação de equipamentos turísticos e de medidas preservacionistas;
- interação cultural e aumento da compreensão entre os povos;
- recuperação psicofísica;
- aumento de renda e melhor distribuição entre as comunidades receptoras;
- utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza (Ecologia).

Os danos ambientais, segundo Ruschmann (1997, p. 58-59) e Lickorish e Jenkins (2000, p. 118-120), provocados pelo turismo ou pelo seu desenvolvimento descontrolado, são caracterizados pelos impactos negativos a seguir: barreiras sócio-psicológicas entre as comunidades receptoras e os turistas; poluição do ar e da água; poluição sonora; poluição dos locais de piquenique; destruição da paisagem natural e de áreas agropastoris; destruição da fauna e da flora; degradação da paisagem, dos sítios históricos e de monumentos; congestionamentos, conflitos e competitividade, problemas quanto o uso da terra.

As alterações são visíveis e também de difícil mensuração. Ao se definir uma política de turismo voltada para o meio ambiente, deve-se determinar quais os limites suportáveis e compatíveis com cada espaço. Ele é extremamente frágil e algumas explorações intensivas alteram-no de forma irreversível. Mesmo assim, é preciso considerar sua utilização para o turismo, pois é indispensável, para o desenvolvimento sócio-econômico de certas regiões. Deve-se, contudo, cuidar para que ele não seja um produto a ser consumido inutilmente (RUSCHMANN, 1997, p. 79).

METODOLOGIA

² RUSCHMANN, D. Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.

A análise sobre o turismo nas áreas de proteção no município de Campo Magro partiu da adoção de uma metodologia de trabalho baseada na compreensão das características e da dinâmica do meio natural e do meio socioeconômico, integrando-se conhecimentos de áreas afins, em especial da geografia, tendo em vista que o fenômeno turístico é considerado multidisciplinar.

Utilizando alguns parâmetros do Roteiro para Diagnóstico de Localidades Receptoras, de Ruschmann (1997, p. 185), procurou-se analisar o potencial turístico das áreas de proteção ambiental do município de Campo Magro, com objetivo de apontar algumas medidas para o desenvolvimento do turismo no município de Campo Magro, utilizou-se ainda o referencial teórico metodológico de autores como, Swarbrooke (2000), Rodrigues (2001), Petrocchi (2001), Boullón (2002), Souza (2001), Cooper *et al* (2001) Beni(2003) Pires(2004) e outros que embasaram a discussão desta pesquisa.

Adotou-se para a presente pesquisa, método de estudo de caso composto por pesquisas exploratórias e descritivas. O estudo de caso é uma das diversas maneiras de fazer pesquisa em ciências sociais, e a necessidade de utilizar essa estratégia de pesquisa deve nascer do desejo de entender um fenômeno social complexo – o turismo. Quanto aos objetivos da pesquisa ora apresentada é qualitativa com abordagem descritiva que, segundo Denker (1998, p. 124),” procura descrever fenômenos”. Utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados como o questionário e observação sistemática. A forma mais comum de apresentação é o levantamento, que consiste na coleta de dados referentes a uma dada população a partir de uma amostra selecionada dentro de critérios estatísticos, utilizando a análise quantitativa. Assim, foi adotada neste estudo uma combinação dos enfoques qualitativo e quantitativo.

A autora ainda esclarece que “no campo do turismo, os estudos de diagnóstico e o inventário turístico que envolve levantamento de dados sobre uma determinada região não necessitam de hipóteses, uma vez que seu objetivo é obter conhecimento sobre o local, e não testar a relação entre duas ou mais variáveis” (DENKER, 1998, p. 77).

Diante estas considerações, verificou-se a infra-estrutura de apoio ao turismo, composta por elementos relacionados ao cotidiano da comunidade e que, juntamente com os atrativos e infra-estrutura específica que implementam o turismo. Fez parte ainda deste contexto os órgãos e/ou instituições de iniciativa privada ou pública, especializados na atividade turística, sendo os responsáveis pela sua política de turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Unidade Territorial de Planejamento (UTP)

A Unidade Territorial de Planejamento está localizada a noroeste da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no Primeiro Planalto Paranaense, na sub-região denominada por Maack (1968), de Planalto de Curitiba; ao norte, serve como divisor da Bacia do Rio Verde; ao sul, Campo Largo; a leste, a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Passaúna ; e a oeste, como divisor de água da Bacia do Rio Verde. A UTP compreende uma área total de 18,49 km².

As UTPs da Região Metropolitana de Curitiba foram criadas de acordo com o inciso do Art. 2º da Lei Estadual nº 12.248, de 31 de julho de 1998, Lei Especial de Proteção dos

Mananciais da RMC, visando “o estabelecimento de um modelo de uso e ocupação do solo para a região dos mananciais, buscando atingir densidades populacionais compatíveis com a capacidade de esgotamento sanitário e de drenagem das áreas”.

A UTP do município de Campo Magro foi estabelecida conforme o Artigo 2º Decreto Lei Estadual nº 16.11/99,

[...], ficam criadas, na Unidade Territorial de Planejamento de Campo Magro, áreas de intervenção, com o objetivo de assegurar as condições ambientais adequadas à preservação dos mananciais, mediante a preservação e recuperação do ambiente natural e antrópico, com efetivo controle de processos de degradação e de poluição ambiental.

Este processo de intervenção tornou-se necessário, devido à pressão que vem ocorrendo nesta área, onde existe um potencial importante em relação a reservatórios de águas superficiais e subterrâneas. A expansão urbana da Região Metropolitana de Curitiba tem comprometido a manutenção e a qualidade da água da região em estudo.

Conforme a COMEC (1999), a UTP de Campo Magro foi criada com o objetivo de:

[...], planejar o uso e ocupação do solo da sede do município, através do ordenamento territorial em áreas com pressão por ocupação, da ampliação da oferta de áreas para urbanização, da definição de áreas prioritárias para a implantação de infra-estrutura de saneamento, da proteção de fundos de vale e áreas sujeitas a inundação, assim como das áreas de recarga do aquífero cárstico.

E ainda, de acordo com a COMEC (1999), a organização deste espaço se faz necessária tendo em vista a conservação e preservação dos mananciais, ou seja, a Bacia do Rio Verde e Aquífero *Karst*. A área foi dividida segundo parâmetros da Lei 12.248/98, que restringiu o uso e ocupação do solo, recomendando o uso adequado.

A Lei divide as áreas de Ocupação Orientada da UTP de Campo Magro em I, II, III, IV, V, VI (FIGURA.1), por serem as áreas cuja ocupação trará prejuízo, tanto do ponto de vista ambiental como do social. Nessas áreas, a previsão é que se faça instalação de equipamentos de lazer e que garantam a qualidade de vida, evitando o uso de forma imprópria.

Para a COMEC (1999, p.34), a região (UTP) possui alto potencial paisagístico, em função de suas declividades, áreas verdes, fundos de vales preservados, lagoas e dolinas com água aflorante. Com isso, sugere o turismo como atividade econômica, já que este será favorecido pelo prolongamento da Av. Manoel Ribas até a PR -090, passando do eixo gastronômico e de artesanato de Santa Felicidade, chegando a Campo Magro, fazendo parte do Circuito de Turismo Rural.

Embora já existisse uma zona urbana, antes da UTP, a ocupação é ainda basicamente rural e de chácaras de lazer, não se verifica a configuração de um centro tradicional, as atividades ficam dispersas, o que denota que não houve um planejamento urbanístico. Os trechos ocupados estão localizados no *karst* e ao longo das vias acesso da UTP.

Os serviços urbanos na UTP, como posto de gasolina, panificadoras, mercado, barracões, cooperativas, bares, lojas de roupas, se concentram na proximidade da Lagoa da Pedra, no eixo da PR-090, e ao longo de uma das vias de penetração em direção ao sul. Observa-se que os serviços institucionais: como Câmara Municipal, departamentos municipais e estaduais, cartório, escola pública, correios, delegacia, também estão localizados ao longo da PR-090, na sede, estando muitas delas, distantes 1.000 m uma da

outra. Nesta área do *karst*, embora em pequena escala, encontra-se criação de gado ovino, bovino, hotel para cavalo, CTG (centro de tradições gaúchas), cemitério, Fundação de Ação Social, Fazenda Solidariedade, armazéns, pesque e pague. Há pouca zona de comércio e serviços, uma vez que a atividade econômica que predomina é a agrícola (TELES, 2002).

Aspectos do Turismo na Unidade Territorial de Planejamento

Para identificar a viabilização do turismo, procurou-se verificar por meio de diagnósticos elaborados por órgãos de planejamento, visita ao campo e entrevistas com a população as condições da infra-estrutura básica da UTP.

Quanto ao abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, explora vários poços do aquífero de *karst*. Em relação ao esgoto sanitário, existem apenas fossas sépticas unifamiliares. A energia elétrica é fornecida pela - Companhia de Energia Elétrica do Paraná - COPEL, mas não existe uma agência de atendimento ao público no município, os moradores são atendidos em Curitiba. Ainda, para verificar o potencial turístico da UTP, foram identificados os atrativos naturais e culturais.

Os atrativos turísticos naturais³ da UTP observados são: rios, dolinas, vales, pequenas planícies, grutas e cavernas, locais de pesca, trilhas, a flora constituída de Floresta Ombrófila Mista, podendo ser observados exemplares de Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), Imbúia (*Phoebe porosa*), Canela (*Nectandra oppsitifolia*), Bracatinga (*Mimosa scabrella*), Erva Mate (*Ilex paraguariensis*), entre outros (COMEC, 1999, p.10). Os atrativos culturais⁴ são relacionados com os aspectos históricos: a colonização polonesa e italiana, que datam do final do século XIX, refere-se à culinária colonial, ruínas de casas antigas (nas quais se observa monjolos que eram utilizados para fabricação de farinha de mandioca e fornos de cal), chácaras, haras, Usina de Reciclagem de Lixo Fazenda Solidariedade, Museu do Lixo, Centro de Estudo Ambiental (particular), aeroclube, viveiro de ervas medicinais, cultura de flores, cultura de orgânicos. A região oferece também artesanato em peças em vime e madeira, ateliê de esculturas em ferro, madeira e pedra. Os eventos programados mais comuns são as festas religiosas, feiras, como a da batatinha e o CTG (Centro de Tradições Gaúchas).

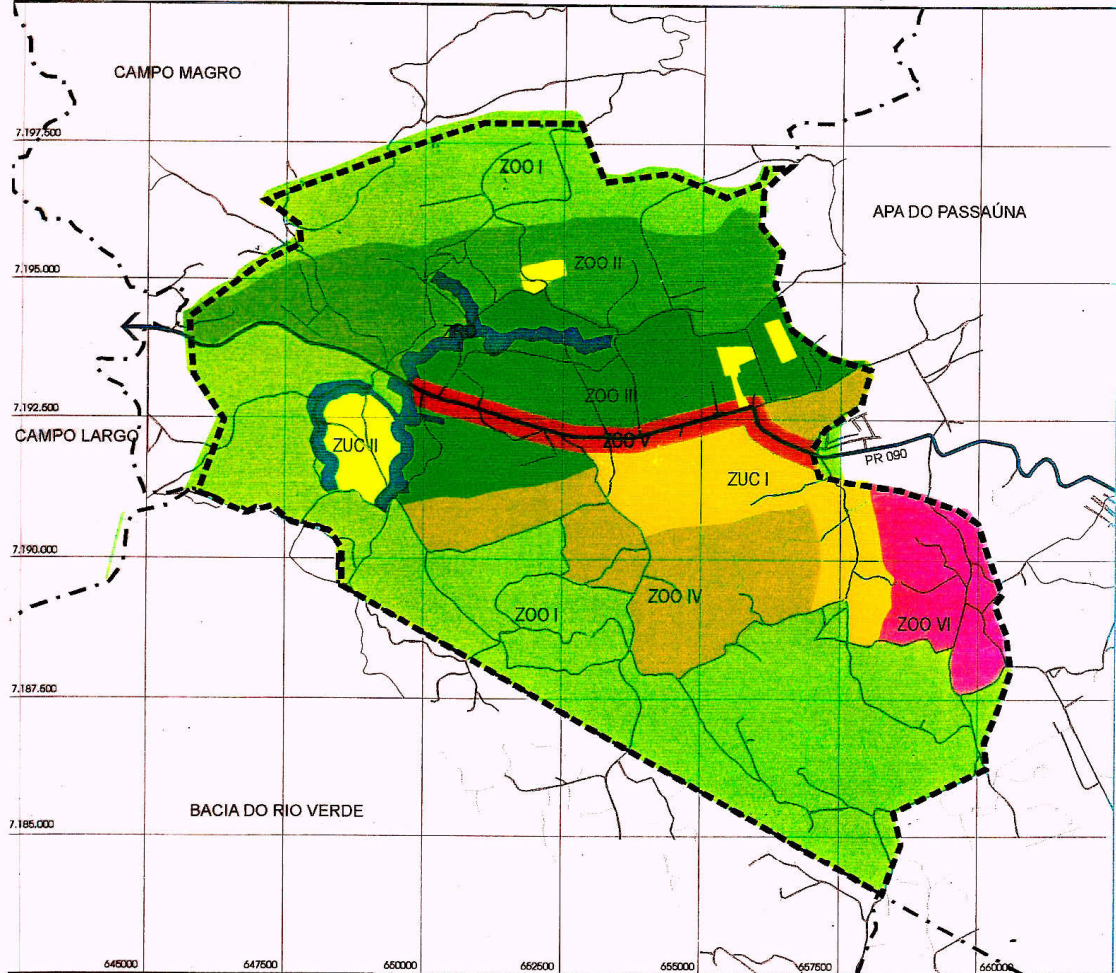
De acordo com dados da prefeitura de Campo Magro, e conforme observado durante a pesquisa, os principais equipamentos⁵ que seriam considerados como turísticos e que servem a comunidade, são restaurantes, bares e quiosques da região, que são escassos, de estrutura simples, localizados principalmente na sede e em loteamentos adjacentes, além de supermercados, farmácias, mercearias e panificadoras. O único meio de hospedagem são os hotéis.

³ BOULLÓN, R.C. Planejamento do espaço turístico. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002. p. 56

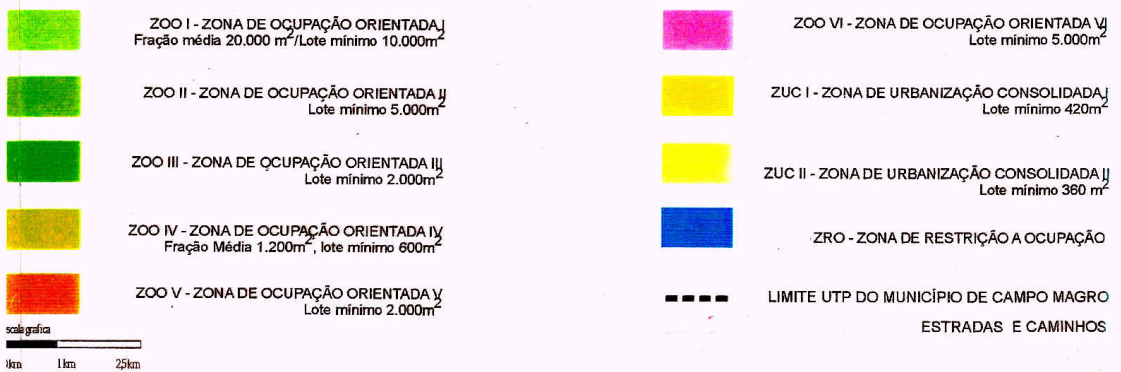
⁴ id.,

⁵ ibid., p.50

FIGURA 1 - ZONEAMENTO DA UNIDADE TERRITORIAL DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, PR



Fonte: COMEC
Adaptação: Margarete A. Teles



Pesquisa com os moradores da Unidade Territorial de Planejamento (UTP)

Com o objetivo de verificar como a comunidade estava inserida no processo de desenvolvimento do turismo foram feitas entrevistas com pessoas do comércio, representantes comunitários, que segundo Ruschmann (1997, p. 162),

[..]:a comunidade residente no local onde se pretende implantar as ações para o desenvolvimento turístico deverá ser consultada e sua opinião sobre o plano, avaliada e respeitada. Um plano turístico terá a aprovação e o apoio da população das destinações se essa for esclarecida sobre os benefícios do turismo para a coletividade nos aspectos socioeconômicos, com a garantia de que os impactos sobre sua qualidade e seu nível de vida são favoráveis. [...] na maioria das vezes a comunidade receptora não é consultada e os impactos sobre suas condições de vida se apresentam favoráveis no aspecto econômico e desfavoráveis na preservação da sua cultura e do seu meio ambiente natural.

A maioria dos entrevistados, 88% respondeu que não sabia o que era turismo. Quanto a participação em algum evento para discutir sobre de turismo; 93% da população nunca participou evento turístico que faz parte UTP, apenas 7% participou de alguma reunião; proprietários de empreendimentos que fazem parte do “Circuito Verde Que Te Quero Verde⁶”, projeto este implementado para interesses políticos. Ainda, 62% dos entrevistados desconhecem na UTP, qualquer tipo de projeto relacionado com o turismo e 35% lembram sobre o projeto “Circuito Verde Que Te Quero Verde”, devido ao selo e calendário que foram distribuídos pela prefeitura de Campo Magro na ocasião do lançamento do circuito.

Observa-se que não houve participação da comunidade dos projetos elaborados pelos órgãos governamentais pois não conhecem nenhum projeto turístico da UTP.

De acordo com Ruschmann (1997, p.142), a “avaliação dos atrativos determina o potencial turístico e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para uma localidade e fornece subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e a qualidade dos equipamentos e da infra-estrutura por instalar. Porém, identificou-se nas entrevistas, que a própria população local não conhece, seus atrativos, citam apenas, cachoeiras, rios e o artesanato. Verificou-se com os moradores a opinião deles a respeito da infra-estrutura; 77% dos entrevistados acreditam que a energia elétrica é boa; limpeza pública, 56% consideram bom, 5% ótimo, 23% regular; segurança pública, nesta área, 51% dos entrevistados opinaram como ruim, 49% acreditam que é regular; quanto a comunicação, 50% consideram boa, porém não gostam do sistema dos correios.

Em se tratando da infra-estrutura, Barreto (1996, p. 52) afirma que, “é a soma de todas as infra-estruturas: urbana, acesso, equipamentos e serviços turísticos, equipamentos e serviços de apoio e recursos turísticos”.

Um problema relevante que foi identificado, é que os entrevistados não conheciam as áreas de proteção ambiental no município; 72% responderam que não e 28% que sim.

Para os entrevistados a área é considerada zona rural⁷, apenas, já que o tipo de ocupação é basicamente agrícola e de chácaras de lazer.

⁶ Projeto criado pela EMATER, COMEC e Secretaria indústria e comércio do município de Campo Magro

⁷ No cabeçalho do formulário tinha opção para marcar zona rural, urbana e área ambiental para verificar se os moradores sabiam sobre as condições de uso e ocupação do solo.

Logo, ao planejar o desenvolvimento do turismo na UTP do município de Campo Magro, deve-se identificar e observar qual a identidade e a percepção que têm a comunidade do seu território, assim esta poderá valorizar seus atrativos e a cultura local.

Área de Proteção Ambiental Estadual do Passaúna (APA)

A APA Estadual do Passaúna, abrange parte dos municípios de Almirante Tamandaré, Curitiba, Campo Magro, Campo Largo e Araucária, porção oeste e norte da Região Metropolitana de Curitiba, áreas marcadas, predominantemente, por relevo fortemente ondulado, principalmente na região norte. Possui área aproximada de 16.000 ha e é parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e do Sistema Integrado de Proteção dos Mananciais da RMC, pela Lei Estadual nº 12.248/98. Esta unidade de conservação tem por meta a garantia da potabilidade da água de abastecimento público de parte da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2000). Após ter sido instituída pelo Decreto Estadual nº 458, de 5 de junho de 1991, e do Decreto Municipal nº 80, de 6 de março 1991 o Zoneamento Ecológico-Econômico da APA foi aprovado pelo Governador do Estado, através do Decreto nº 832, 05/06/95. Em 20/11/2001, este Decreto foi alterado e atualizado, pelo Decreto nº 5063, que redimensionou o Zoneamento Ecológico-Econômico (Diário Oficial Estado, 21/11/2001, p. 11-19); a classificação agrupou quatro áreas principais, à qual se deve dedicar redobrado controle (FIGURA 2).

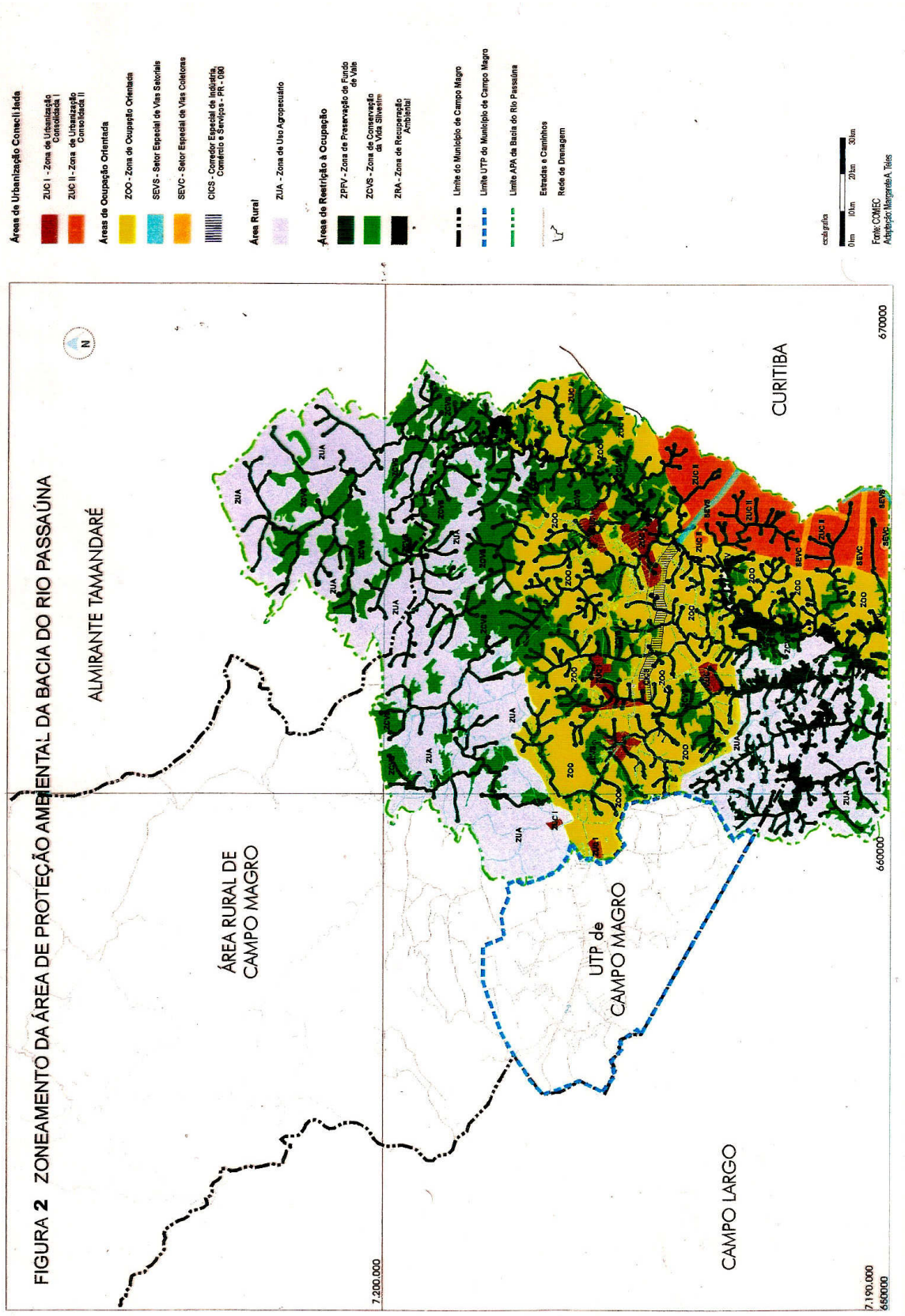
Acerca do turismo na APA Estadual do Passaúna, sobre a porção que está inserida no município de Campo Magro, pelo Relatório do Diagnóstico da atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico (COMEC,2000), foram sugeridas atividades turísticas, visando conservar zonas mais frágeis. Na Zona de Ocupação Orientada (ZOO), são permitidas atividades de turismo, lazer e recreação. No Corredor Especial de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), que compreende o trecho ao longo da Estrada do Cerne, PR-090, planeja-se, entre outras atividades, o turismo, lazer e recreação. Para a Zona de Uso Agropecuário (ZUA), área com bastante restrição, foram recomendadas, além da agropecuária, atividades ligadas ao ecoturismo e turismo rural, como restaurantes, pousadas, albergue e hotel, *camping*, clube, sociedade recreativa esportiva e cultural, canchas esportivas, posto de vendas de produtos locais e outras similares ou correlatas (COMEC,2000).

Aspectos do Turismo na APA do Passaúna

Com base nos dados levantados em diagnósticos e vista a campo a APA do Passaúna, esta é suprida de energia elétrica, pela rede pública em todos os loteamentos. Entretanto, não se revela como determinante à definição dos condicionantes ao uso e ocupação do solo, não tendo sido, por isso, objeto de análise específica. Nas ocupações irregulares, observa-se grande número de ligações clandestinas (COMEC, 2000).

O abastecimento de água de acordo com a Empresa de Saneamento do Paraná-SANEPAR, aproxima-se de 100%. os loteamentos inseridos na APA do Passaúna, independente de estarem em Curitiba, Campo Magro (Boa Vista I, II, III E IV) ou em outros municípios, são servidos pelo Manancial do Passaúna.

A segurança pública é de responsabilidade do Estado, existem dois postos da polícia militar nas áreas de proteção ambiental. Uma delegacia da policia civil é encontrada no bairro Jardim Viviane, todos eles, em zona urbanizada



O sistema de transporte urbano e rural da região estudada, é oferecido por empresas de Curitiba e proprietários particulares do município. A Rede Integrada de Transportes Metropolitanos (RIT) controlado pela Urbanização de Curitiba S.A – URBS.

Foi observado que nas áreas de proteção ambiental, existe uma predominância de estradas rurais e sem asfalto; muitas delas precisam de manutenção constante. O trecho da PR-090 que atravessa as áreas tem buracos e falta acostamento.

Outro fator verificado pela presente pesquisa, diz respeito à sinalização; as placas indicativas estão nos lugares mais densos como: Jardim Boa Vista, I, II, III e IV; Jardim Cecília (APA), sede do Município, UTP (Estrada do Cerne), e em algumas ruas a ela próximas.

A comunicação limita-se ao serviço telefônico e aos correios, sendo mais expressiva, na zona urbana. Existem alguns postos de telefone na zona rural e poucos telefones públicos.

Pesquisa com os moradores da Área de Proteção Ambiental do Passaúna

De acordo com a metodologia e os procedimentos metodológicos, a tabulação e análise dos resultados das entrevistas (92), contemplam a visão da população a APA Estadual do Passaúna do município de Campo Magro, em relação ao turismo, participação em reuniões, projetos turísticos, benefícios do turismo, atrativos turísticos, infra-estrutura e conhecimento sobre o turismo. Dos entrevistados, 78%, responderam que sim. Porém percebeu-se que não tinham certeza do que estavam falando; as respostas normalmente eram positivas, acompanhadas de uma frase de interrogação: “ Bom, turismo não é viajar?”

Se já haviam participado de alguma reunião sobre turismo; 97% disseram que nunca participaram e apenas 3% já haviam participado. Justificando que nunca foram convocados pela prefeitura do município. De acordo com Petrocchi (2001, p.192), o processo de inserção da comunidade deve se iniciar com o planejamento participativo:

Diagnósticos e soluções podem e devem ser enriquecidos por meio do processo participativo. o sistema de turismo permeia a dinâmica do local onde está implantado. é um processo de mudanças, pois influi na estrutura econômica da região, ocupa e modifica espaços e interfere no ambiente cultural das pessoas do local [...] além disso, intervenções localizadas podem criar sentimentos de exclusão em determinados bairros e segmentos sociais.

Quando interpelados se conheciam algum projeto turístico no município; 86% dos entrevistados disseram que não conheciam; apenas 10% conhecem o projeto “Verde Que Te Quero Verde”. Verifica-se que os moradores da APA Estadual do Passaúna não têm conhecimento sobre projetos e propostas turísticas.

Segundo Rodrigues (2000, p. 61), “o processo decisório exige um outro norte, demanda a mobilização das lideranças locais em todas as fases do processo, ou seja, na concepção, implantação, gestão e monitoramento dos projetos”.

Tendo em vista a importância que têm a infra-estrutura geral, parte da oferta turística foi verificada também por meio da opinião dos moradores se existe rede de esgoto; 90% afirmaram não possuir. Enquanto nas ruas, nos leitos dos rios e terrenos baldios, se vê o lixo jogado. A segurança pública: 45% consideram ruim, 37% considera regular. Como se observou a infra-estrutura ainda não atende a população local o que gera problemas para o atendimento ao turista. Além desta infra-estrutura básica, outros serviços de apoio ao turismo ainda são insuficientes até mesmo para a população, como o sistema hospitalar que

não existem no local.

Quando questionados sobre áreas de proteção no município de Campo Magro; 77% não conhecem as áreas de proteção ambiental, apenas 23% sabem que residem na APA Estadual do Passaúna.

Para Beni (2003,p.59), as áreas de conservação ambiental no Brasil, excluídas aquelas reservadas à investigação científica, são verdadeiros pólos potenciais de Turismo e deveriam merecer mais atenção das autoridades no sentido de serem mais conhecidas da população e poderia ser uma forma de captar recursos para preservá-las. Porém alerta que, a carência do planejamento turístico racional e integrado, as atividades nelas desenvolvidas ficam apenas na estética.

Pesquisa com os gestores públicos

Foram entrevistados 12 funcionários de secretarias municipais (Cultura, Educação, Meio Ambiente, Agricultura e Turismo, Obras e Urbanismo) para verificar suas opiniões sobre; infra-estrutura, atrativos, projetos, participação da comunidade e o conhecimento sobre turismo, visando identificar de que forma o poder público estava participando da atividade turística.

Os problemas mais citados para se desenvolver o projeto de turismo nas áreas de proteção ambiental em Campo Magro, são: falta de verba; habitação irregular; falta de conscientização da população; infra-estrutura de má qualidade; falta de divulgação e consciência ambiental; carência de aptidão comercial;

Todos os entrevistados concordam que a população não está sensibilizada para o turismo e proteção das áreas ambientais, e que se deveria realizar um projeto junto a população para amenizar esse fator. Os entrevistados acreditam que o turismo só trará impactos positivos se: “houver uma conscientização da população; uma correta exploração do meio ambiente; um planejamento de trabalho; e seja um ecoturismo, sempre visando a natureza; com essa e mais algumas providências acredita-se que o município terá uma expansão cultural, econômica e que trará lazer e melhoria para a população”.

É importante ressaltar que as estratégias de desenvolvimento econômico do ecoturismo devem priorizar a participação e o bem-estar das comunidades locais onde se deseja implantá-los “nesse sentido uma política sensata e justa e uma economia sustentável devem ter como meta fazer dos moradores locais sócios e beneficiários da conservação, e não seus inimigos implacáveis. O ecoturismo envolve, portanto, um compromisso sério com a preservação da natureza e com o bem-estar das populações locais” (SILVEIRA, 1998b, p. 225).

RECOMENDAÇÕES

Portanto ao se pensar esta atividade como alternativa de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, apontam-se as seguintes medidas:

- verificar se a atividade é prioritária, frente aos problemas sociais, econômicos e ambientais das áreas de proteção ambiental do município;

- identificar se o turismo está inserido nas políticas públicas, por meio da lei municipal verificando se os objetivos estão claros quanto a atividade;
- analisar o verdadeiro potencial dos atrativos naturais e culturais, a infra-estrutura de apoio ao turismo, e a demanda turística por meio do inventário turístico;
- avaliar de que forma a população de baixa renda e com baixo grau de instrução pode ser inserida em atividades turísticas;
- verificar o modo como os proprietários de áreas potenciais turísticas (chácaras, áreas agrícolas, cachoeiras, grutas, casas históricas, arquitetura comercial antiga e outros), se envolveriam na atividade e absorveriam as populações mais carentes;
- avaliar como será constituída a mão-de-obra para trabalhar na atividade;
- avaliar os recursos financeiros disponíveis para pôr em prática as propostas em relação ao turismo;
- elaborar um plano de administração contínua do setor quando houver mudança dos gestores municipais;
- estabelecer diretrizes e padrões para planos detalhados de áreas com potencial turístico, tanto na área urbana quanto na área rural, e principalmente as áreas de proteção ambiental;
- integrar o turismo nas políticas de desenvolvimento global, nos padrões do país e da região estabelecendo relações entre o turismo e outros setores econômicos;
- incluir nos planos, a participação da comunidade, que deve ser envolvida por meio de um programa de sensibilização e conscientização através do enfoque participativo;
- buscar uma assessoria com equipe multidisciplinar, já que é peculiar a esta atividade e também ao meio ambiente, desenvolver pesquisas e práticas integradas;
- integrar os departamentos da prefeitura direta ou indiretamente para verificar qual o papel de cada um no processo de desenvolvimento da atividade turística.

Considerando que são áreas de mananciais sob a proteção de Lei Federal e Estadual, deve-se:

- Estabelecer com os órgãos de planejamento e controle destas áreas maior integração, para participar na elaboração dos diagnósticos e prognósticos, tendo em vista identificar os tipos de turismo que possa se adequar à área, e qual a melhor forma da implementação da atividade frente às condições reais do município;
- promover uma infra-estrutura que oriente o desenvolvimento da atividade e as formas de desenvolver os recursos naturais e culturais e mantê-los definitivamente conservados para o futuro;
- buscar apoio no setor de educação, pois muitas ações podem ser via escola, um dos principais canais de informação local com campanhas, palestras, já que a formação de uma cultura ambiental exige absorção gradativa de hábitos que, nas crianças e adolescentes, terminam se incorporando com mais facilidade, principalmente nas questões relativas ao meio ambiente.

Para desenvolver o turismo nas áreas de proteção ambiental do município de Campo Magro, a administração pública deve envolver e apoiar a iniciativa privada que tenha interesse em investir em empreendimentos turísticos, com a melhoria da infra-estrutura básica, na orientação do uso adequado do solo por meio da legislação pertinente, e na valorização dos atrativos naturais e culturais existentes na região, como forma de divulgar e aproveitar melhor seu empreendimento.

Finalmente, deve-se pensar que num município onde existem áreas com bastante restrições de uso e ocupação do solo precisa desenvolver atividades econômicas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá residem, para preservar e conservar o meio ambiente e que não sejam apenas promessas idealizadas por técnicos de alguns órgãos públicos e privados, daquelas que não saem do papel. Precisa-se de planejamento bem elaborado com previsão de longo prazo, que possa ser implantado aos poucos, sem causar impactos danosos ao meio ambiente natural, social e cultural.

CONCLUSÃO

Quando se trata de turismo em áreas naturais, Unidades de Conservação (UCs) públicas ou privadas, como é o caso das áreas de proteção do município de Campo Magro, carente em infra-estrutura, os problemas poderão ainda se tornar maiores, transformando num tipo de turismo predatório, provocando o consumo do ambiente natural, ou a depredação parcial das paisagens naturais, afastando os “amantes da natureza”, que acorrem para outras destinações, em busca de paisagens intocadas, onde possam realizar suas necessidades de fuga do cotidiano sem problemas estruturais.

Assim, há dois lados que precisam ser verificados: a crescente demanda turística por espaços naturais intocados, ou espaços pouco alterados e o lado da oferta, que muitas vezes não se encontra preparada para desenvolver seus produtos turísticos de forma a causarem menor impacto possível ao seu meio ambiente.

Observou-se que a maior parte da comunidade entrevistada não conhece o próprio município: os seus atrativos, a infra-estrutura local, as áreas de proteção ambiental, como a área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Passaúna e a Unidade Territorial de Planejamento (UTP).

Os resultados desta pesquisa demonstraram ainda que o poder público deve verificar melhor sobre a viabilidade dos projetos turísticos a serem colocados no papel e na mídia, devendo realizar inventários nos parâmetros da EMBRATUR e dentro das práticas recomendadas para o Turismo em Áreas Naturais⁸; com ajuda de uma equipe multidisciplinar. Verificou-se que determinados tipos de turismo não podem ser sugeridos, principalmente quando há falta de recursos e infra-estrutura básica que não atende nem mesmo a população local. A comunidade não têm conhecimento sobre que tipos de turismo devem ser praticados em áreas protegidas, como a APA Estadual do Passaúna e da UTP e os projetos que estão em andamento por órgãos de planejamento do estado e da prefeitura.

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento do turismo área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Passaúna e a Unidade Territorial de Planejamento (UTP). no município e, sobretudo em áreas naturais, atribui-se ao planejamento, o qual tem como parte fundamental ouvir os anseios da comunidade. Pois de nada adianta investir altas cifras no desenvolvimento do turismo se a comunidade é carente de serviços básicos.

⁸ Trata-se de Normas e Diretrizes para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, do Governo Estadual do Paraná. O Decreto Lei.1.286, 03/09/99 oficializou o grupo de trabalho sob o título de Grupo Interinstitucional de Turismo em Áreas Naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, M. **Planejamento organização em turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo. Senac, 2001.
- _____. **Análise estrutural do turismo**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2000.
- BOULLON, R. C. **Planejamento do Espaço turístico**. Trad. J. V. Baptista. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2002.
- CAMPO MAGRO. Prefeitura Municipal** Mapa de Localização das áreas Urbanas do Município de Campo Magro na UTP e APA do Passaúna. Campo Magro. Governo do Estado do Paraná/ Comec. Departamento de Desenvolvimento Urbano. 2002. 01 mapa. Escala. 1.30.000.
- _____. **Prefeitura Municipal**: Legislação vigente. Campo Magro. Governo do Estado do Paraná/ Comec. 2001. 01 mapa. Escala. 1.30.000.
- _____. **Prefeitura Municipal**. Mapa de zoneamento Ecológico-econômico da APA do Passaúna. Governo do Estado do Paraná/COMEC. 2001. 01 mapa. Escala. 1.30.000
- _____. **CAMPO MAGRO. Prefeitura Municipal**. Departamento de Desenvolvimento Urbano. Mapas. 2001.
- CAMPO MAGRO**. Decreto-lei nº 1611/1999. Prefeitura Municipal de Campo Magro: 1999.
- CAMPO MAGRO**. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico Municipal**. 1997
- CAMPO MAGRO**. Prefeitura Municipal. **Mapa de zoneamento Ecológico-econômico da APA do Passaúna**. Governo do Estado do Paraná/COMEC. 2001. 01 mapa. Escala. 1.30.000.
- _____. **Relatório de Atualização e Alteração do Diagnóstico do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Passaúna**. 2000.
- _____. **Unidade Territorial de Planejamento de Campo Magro**. Curitiba, out/1999.
- _____. **Relatório ambiental da região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Comec, 1997
- COOPER, C. et al. **Turismo, princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.
- DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- LICKORISH, L.; JENKINS, C. **Introdução ao Turismo**. Trad. F. C. S. Vasconcellos. Rio de Janeiro, Campos, 2002.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995.
- MOLINA, E. S. **Turismo e ecologia**. Bauru/SP: Edusc, 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO E INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (OMT)**. Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais. Brasília: MKT Publish Company, 1994.
- PARANÁ. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**. Decreto-lei nº 11.221. Cria o Município de Campo magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré. 11 dez. 1995.
- PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001
- PIRES, P.S. dos. **Apostila curso mestrado em turismo e hotelaria**: disciplina bases Ecológicas e ambientais do turismo. O potencial turístico dos recursos naturais. Joinville, SC:

UNIVALI, 2001.

RODRIGUES, A . B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SEABRA, G. F. **Ecos do Turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo)

SOUZA, F. Turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. São Paulo: Aleph, v.2, 2000.

_____. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, v. 1, 2000.